ANPT

INFORMATIVO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANO V Nº 55 – JULHO/AGOSTO 2010

Congresso aponta novos rumos das Carreiras Jurídicas de Estado

FOTOS: CCBJE/INTERNET

Com o objetivo de promover a troca de experiências entre os ocupantes das carreiras jurídicas nas mais diversas instituições do Estado, foi realizado em Brasília, entre os dias 6 e 9 de julho, o II Congresso Brasileiro de Carreiras Jurídicas do Estado (II CBCJE). O ministro do Supremo Tribunal Federal Antônio Dias Toffoli foi o homenageado por ser o idealizador da primeira edição do Congresso, realizada em 2008. Assim como há dois anos, a conclusão dos participantes desse ano é de que a aproximação aprimorará a qualidade do trabalho de todos.

PÁGINAS 6 E 7

Fim da contribuição previdenciária é aprovado em Comissão Especial

A aprovação da PEC 555/2006 pela Comissão Especial sobre Contribuição de Inativos da Câmara dos Deputados abre caminho para a redução gradual da contribuição em 20% a partir dos 61 anos. A proposta seguiu para apreciação em Plenário.

PÁGINA 3

MPU terá 10,4 mil novos cargos e funções

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou no início de agosto o PLC nº 86, que cria 6,8 mil cargos e 3,6 mil funções para o MPU. No caso do MPT, o projeto aprovado propicia a relação de um analista, um técnico e um cargo em comissão para cada integrante da Instituição.

PÁGINA 3

COOMPERJ

Novo convênio beneficia associados

PÁGINA 7

CNMP

Processo arquivado a pedido da ANPT

PÁGINA 10

ENTREVISTA: MINISTRO LÉLIO BENTES – FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS SOCIAIS **PÁGINA 11**

Caro Associado,

O período conhecido como "recesso branco" do Congresso Nacional, comum nos anos eleitorais, começou em julho. Entretanto, essa espécie de "pausa" tem configuração atípica em 2010. Mesmo com os olhos voltados para suas bases, os parlamentares não suspenderam completamente as discussões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a respeito de temas importantes, que constam da agenda política da ANPT. Essa peculiaridade tem exigido toda a nossa atenção, dedicação e cuidado.

O aspecto positivo dessa atipicidade tem sido a oportunidade de solução de questões para as quais buscamos respostas. Projetos de Lei e Propostas de Emendas à Constituição que tratam de temas os mais diversos, tais como a punição para a exploração sexual infantil, a proibição do uso do amianto, o fim da contribuição previdenciária dos servidores inativos, as férias forenses, a criação de cargos para o MPU e tantas outras questões de interesse da sociedade e dos Procuradores do Trabalho constituíram a pauta dos diálogos mantidos com parlamentares.

Além desse trabalho contínuo junto ao Poder Legislativo, o mês de julho também foi profícuo em decisões administrativas, facilitadas pela reunião da Diretoria da ANPT realizada em Brasília, e em iniciativas em favor dos associados, a exemplo da apresentação de requerimentos relativos à isenção do Imposto de Renda sobre vários benefícios, tais como o terço constitucional de férias e o auxílio moradia recebido por um grande contingente de associados até outubro de 2006. Digno de registro, ademais, novo convênio firmado com a Cooperativa de Crédito Coomperj, que vai beneficiar os Associados com domicílio no Estado do Rio de Janeiro.

A ANPT também esteve presente no II Congresso Brasileiro de Carreiras Jurídicas de Estado, ao lado de todas as entidades representativas do Ministério Público Brasileiro, da magistratura, da advocacia pública e privada, da defensoria pública, dentre outras.

O mês de agosto promete ainda mais movimentação. O Fórum Internacional sobre Direitos Sociais, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) nos dias 12 e 13 de agosto, tem apoio da ANPT, assim como o "Congresso Estadual sobre Saúde e Segurança no Trabalho", a ser realizado em Natal (RN), no mesmo período. No fim do mês, nos dias 30 e 31, teremos outros dois eventos importantes: o "Congresso Internacional: Justicia, Ministerio Publico y Derechos Fundamentales", que se realizará em Florianópolis-SC, e o Seminário Internacional "Amianto e Seus Males: Uma abordagem Sócio-jurídica" do AMIANTO, que estamos promovendo em conjunto com a Anamatra. Nos dois eventos, teremos a oportunidade de discutir temas atualíssimos com estudiosos e operadores do direito de renome internacional.

Continuaremos, assim, representando os procuradores, como entidade de classe, junto às instituições do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, sempre que necessário. Boa Leitura!

Diretoria ANPT

CURTAS

FRENTE ASSOCIATIVA DISCUTE PROPOSTAS LEGISLATIVAS – O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 01º de julho de reunião da Frente Associativa do MP e da Magistratura, realizada na sede da ANMPM, em Brasília. Os temas da reunião foram: a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, a revisão dos subsídios e as férias do MP e da magistratura, dentre outros.

NOVO CONSELHEIRO DO CNMP É EMPOSSADO – Tomou posse no dia 19 de julho, o novo integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Luiz Moreira Gomes Júnior. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor Maurício Correia de Mello assistiram à solenidade de posse do conselheiro, indicado pela Câmara dos Deputados, que assumiu a vaga anteriormente ocupada por Maurício de Albuquerque. A indicação do professor Luiz Moreira para o CNMP foi aprovada pelo Plenário do Senado no dia 7 de julho.

MCCE – O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 07 de julho do lançamento da cartilha "Voto não tem preço. Saúde é seu direito!", de iniciativa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). A cartilha alerta para o uso político das verbas destinadas

DIRETORIA ANPT BIÊNIO 2010/2012

Sebastião Vieira Caixeta
Presidente

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Vice-Presidente

Ana Luiza Alves Gomes
Secretária-Geral

Maurício Correia de Mello
Diretor Financeiro

Isabella Gameiro da Silva Terzi
Diretora de Relações Institucionais

Marici Coelho de Barros Pereira
Diretor de Assuntos Jurídicos

Mariana Flesch Fortes
Diretor de Assuntos Legislativos

Adriana Holanda Maia Campelo
Diretora Social e de Eventos

Catarina Von Zuben
Diretor de Comunicação

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
Diretora

Raulino Maracajá Coutinho Filho
Diretor

Yamara Viana de Figueiredo
Diretora

INFORMATIVO ANPT Edição: Layrce de Lima (2457 DF) | Redação: Layrce de Lima e Gustavo Rocha | Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima | Projeto Gráfico e Diagramação: Maraat Propaganda | Tiragem: 1.300 exemplares. **CONTATO** Tel.: (61) 3224.5720 | E-mail: imprensa@anpt.org.br | Site: www.anpt.org.br | Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Fim da contribuição dos servidores inativos é aprovada em Comissão e deve ser gradual

A Comissão Especial sobre Contribuição de Inativos da Câmara dos Deputados, criada para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que trata do fim da cobrança de contribuições previdenciárias sobre os proventos dos servidores públicos inativos, aprovou por ampla maioria de votos o parecer do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), relator substituto da matéria. A sessão ocorreu no dia 14 de julho, e o texto aprovado estabelece a redução gradual da cobrança.

FOTOS: Leonardo Prado/Agência Câmara

Aposentados acompanharam a sessão em que a isenção foi aprovada

De acordo com a PEC, o servidor passa a pagar 80% da contribuição ao completar 61 anos de idade. A partir daí, o índice sofre redução de 20% a cada ano, até chegar à isenção completa a partir dos 65 anos. Caso a PEC seja aprovada pelo Congresso, esta regra valerá para todos os aposentados e pensionistas do serviço público. Já os aposentados por invalidez permanente ficam isentos da contribuição. A PEC já seguiu para análise do Plenário da Câmara, onde deverá ser votada em dois turnos. A PEC 555/2006 determina que os efeitos da revogação da contribuição previdenciária dos inativos sejam retroativos a 1º de janeiro de 2004.

A apreciação da PEC 555 foi o tema da visita feita pelo vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ao relator da matéria, deputado Luiz Alberto (PT-BA), no dia 29 de junho. Também participaram do encontro os presidentes da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, da Associação Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Câmara dos Deputados (ASA), Roberto de Medeiros Guimarães e da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), Rui Carlos Kolb Schiefler.

CCJ aprova criação de 10,4 mil cargos e funções para o MPU

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, no dia 4 de agosto, o PLC 86/10, que cria 10,4 mil cargos e funções para o Ministério Público da União. Com o acréscimo de 3 mil cargos e mil funções, o Ministério Público do Trabalho alcançará a relação de um analista, um técnico e um cargo em comissão para cada integrante da Instituição.

O relator da matéria, senador Demóstenes Torres (DEM/GO) destacou que *"o projeto vem ao encontro do fortalecimento do Ministério Público da União, que deve ser dotado de pessoal em quantitativo e qualidade adequados às necessidades de uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado"*. O apoio do relator foi informado ao presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e ao vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo, no dia 13 de julho, quando ambos visitaram o gabinete do senador acompanhados dos presidentes da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, e da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Carlos Alberto Cantarutti.

FOTOS: Ascom/ANPT

Demóstenes Torres confirmou seu apoio ao PLC 86/2010

De acordo com o projeto, ficam criados 3.749 cargos de provimento efetivo de analista, 3.055 cargos de provimento efetivo de técnico, 2.381 cargos em comissão nível CC-2, 201 funções comissionadas nível FC-3, 568 funções comissionadas nível FC-2 e 525 funções comissionadas nível FC-1, totalizando 10.479 novos cargos e funções. As despesas relativas aos novos cargos serão

Promoção

Estilo Renovado Electrolux

Compre uma lavadora e renove o seu guarda-roupas

Tudo em até 10X sem juros

Ganhe+ 5% de desconto Pagamento à vista no boleto ou depósito bancário

Lavadora de roupas LTC12
12 programas de lavagem, 4 níveis de água, exclusivo e inovador multidispenser, cesto com 10 anos de garantia.
de ~~R$ 1499,00~~
por apenas:
R$ 1.154,65
10x de R$ 115,46
sem juros + frete*

Lavadora Turbo Economia LTE09
9 kg, lava edredon casal, tecla economia, programa rápido 19 minutos, 12 programas de lavagem, 4 níveis de água.
de ~~R$ 1199,00~~ por apenas:
R$ 911,02
10x de R$ 91,10
sem juros + frete*

Lavadora Turbo Economia LTE07
Reaproveitamento de água, turbo centrifugação, 7 kg, filtro pega-fiapos, 4 níveis de água.
de ~~R$ 949,00~~
por apenas:
R$ 785,45
10x de R$ 78,54
sem juros + frete*

Lavadora Turbo Economia LTE08
Capacidade 8 kg, exclusiva tecla economia, 12 programas de lavagem
de ~~R$ 1099,00~~ por apenas:
R$ 822,00
10x de R$ 82,20
sem juros + frete*

Lavadora Turbo Economia LTE06
Reaproveitamento de água, turbo centrifugação, 6 kg, filtro pega-fiapos, 4 níveis de água.
de ~~R$ 829,00~~ por apenas:
R$ 678,48
10x de R$ 67,85
sem juros + frete*

Lava & Seca LSE11
Lavadora e Secadora em um só produto, lava edredon de casal, secagem por condensação, tecnologia Nano Silver.
de ~~R$ 3.499,00~~ por apenas:
R$ 2.386,80
10x de R$ 238,68
sem juros + frete*

VISA MasterCard Diners Club International Hipercard American Express

Saiba mais
www.estilorenovadoelectrolux.com.br

Para consultar estes e outros modelos Electrolux:

0800 7029 222

Horário de atendimento:
Segunda a sexta, das 8h às 20h30 e aos sábados, das 8h às 18h, ou acesse nosso site:

www.electrolux.com.br/associados
Login: ANPT e senha: matrícula de associado

*Valores de frete de acordo com a localidade de entrega, verifique em nosso teleatendimento ou via site. A Electrolux oferece promoções o ano todo para seus associados, confira no site. As promoções deste anúncio são válidas até 31/10/2010 ou enquanto durarem os estoques. As condições e os preços descritos são válidos para pagamento via cartão de crédito.

Pensando em você

Electrolux

Diretoria da ANPT reúne-se em Brasília e visita procurador-geral do Trabalho

A diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) esteve reunida na sede da Entidade nos dias 19 e 20 de julho, para discutir temas ligados à área de comunicação, organização de eventos, atuação na área jurídica e representação institucional. No primeiro dia, o grupo recebeu a visita de dois representantes de uma empresa de tecnologia da informação para esclarecer as dúvidas dos procuradores quanto a possível mudança de gestão do site da Entidade.

FOTOS: Leonardo Prado/Agência Câmara

Diretoria discutiu assuntos de interesse da categoria com o procurador-geral

Além disso, o grupo visitou o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, para discutir assuntos como o PLC 86/2010, que cria 6,8 mil cargos e 3,6 mil funções para os quatro ramos do Ministério Público da União. O presidente da ANPT, Sebastião Caixeta, ressaltou que a Entidade está atenta à tramitação desse e de outros projetos de interesse dos associados. *"Nós vamos continuar a trabalhar intensamente para garantir os interesses da categoria"*, afirmou.

Na manhã do segundo dia de reunião, os integrantes da diretoria acompanharam a 6ª Sessão Extraordinária do CNMP. O Plenário aprovou a resolução que fixa regras para o pagamento de diárias em todo o Ministério Público. A proposta é de autoria do ex-conselheiro Alberto Cascais e teve substitutivo apresentado pela conselheira Taís Ferraz. O texto aprovado contempla observações contidas nos votos apresentados pelos conselheiros Sandra Lia Simón e Mario Bonsaglia e modificações resultantes da discussão em Plenário.

CNMP arquiva representações em sessão extraordinária

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu, no dia 20 de julho, arquivar a representação 627/2010, requerida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de São Paulo. O pedido de arquivamento foi confirmado pelo presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, em sustentação oral.

FOTOS: Leonardo Prado/Agência Câmara

O conselho se reuniu em julho

o sindicato alegava omissão do Ministério Público do Trabalho (MPT) ao dar parecer num processo de Exceção de Suspeição, que tramitou na 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. O presidente da ANPT esclareceu que não houve omissão no caso, já que o parecer foi emitido a tempo e modo oportuno.

Sebastião Caixeta destacou que não houve sequer alegação de excesso de prazo e que o parecer foi completo. A opinião do Ministério Público expressa no parecer concluía contrariamente à alegação de suspeição por falta de provas do fato descrito. *"Quanto às consequências pela emissão do ato, nenhum prejuízo foi causado ao representante em virtude do parecer emitido, eis que o direito de defesa foi assegurado"*, afirmou o presidente da Associação. A decisão do arquivamento foi tomada por unanimidade.

PARAÍBA» Na mesma sessão foi retirada de pauta a representação 884/2009, oriunda da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região. A retirada de pauta foi sucedida pelo arquivamento da representação, encerrando procedimento administrativo instaurado depois que o Ministério Público do Trabalho denunciou contratações irregulares de pessoal pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, o que veio a ser, posteriormente, objeto de apuração em inspeção realizada pela Corregedoria do CNMP no Estado. Com o arquivamento do feito, deu-se a perda do objeto de qualquer discussão sobre uma suposta falta de atribuição do procurador do Trabalho que denunciou as irregularidades. O assunto deverá ser tratado no relatório da inspeção realizada pelo CNMP.

Congresso de Carreiras Jurídicas reúne autoridades de quarenta instituições e entidades para debater atuação

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, participou da cerimônia de abertura do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas (II CBCJE), realizado entre os dias 6 e 9 de julho. Cerca de vinte procuradores do Trabalho sorteados pela associação também puderam acompanhar os quatro dias de encontro, em Brasília. Foram sorteados procuradores de diversos estados do país. Entre eles, representantes do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins.

FOTOS: Ascom/ANPT

O presidente da República em exercício, José Alencar, participou da abertura do Congresso

O Idealizador do I CBCJE, ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi homenageado na segunda edição pelos dirigentes das entidades realizadoras. O CBCJE é realizado a cada dois anos e conta com o apoio de quarenta instituições e entidades e o patrocínio de organizações privadas. De acordo com a organização do evento, mais de 1,5 mil pessoas assistiram a palestra inaugural, proferida pelo presidente da República em exercício, José Alencar, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Ao falar sobre "O futuro do Brasil e o papel das carreiras jurídicas", Alencar ressaltou que o CBCJE é um poderoso instrumento de intercâmbio e alertou que o desenvolvimento econômico não pode sobrepor-se ao desenvolvimento social. *"As empresas são bens comuns da sociedade, por isso devemos cuidar e aplaudir para que elas prosperem, mas sempre dentro dos limites impostos pelas leis em vigor"*, afirmou.

Também participaram da cerimônia de abertura o presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto; o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler; a ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth Rocha; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido; o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; o procurador do tesouro da Argentina, Joaquín Pedro da Rocha; e o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante Filho, entre outros.

Aproximação contribui para melhoria do sistema jurídico no país

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de encerramento do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado (CBCJE), ao lado dos representantes de outras entidades que apoiaram o evento. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Antônio Dias Toffoli, foi mais uma vez homenageado pelos realizadores.

FOTOS: Ascom/ANPT

Carlos Eduardo de Azevedo Lima destacou o congraçamento entre os operadores do Direito proporcionado pelo CBCJE

Todos os representantes de instituições apoiadoras tiveram a oportunidade de se manifestar na ocasião. Para o vice-presidente da ANPT, o CBCJE vai além de suas palestras e oficinas *"pelo fato de propiciar o congraçamento e a aproximação de todas as carreiras jurídicas"*. De acordo com Azevedo Lima, isso *"permite a troca de informações entre os participantes, o que contribui para a melhoria de nosso 'sistema e da justiça' como um todo"*.

O homenageado do evento, ministro Dias Toffoli, ressaltou a amplitude do CBCJE. *"A consolidação e a realidade desse evento se encontram presentes aqui nesta mesa, na qual podemos ver que o número de associações protagonistas se ampliou, assim como o número de debatedores, oficinas e participantes, isso demonstra que o Congresso se tornou uma realidade"*, garantiu.

Painel sobre meio ambiente de trabalho saudável tem participação da diretora de Relações Institucionais da ANPT

FOTOS: Procuradoria da Câmara dos Deputados

Isabella Terzi: "cada um de nós deve atuar sustentando que o trabalho não pode ser mercantilizado e tratado apenas como engrenagem"

A diretora de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Isabella Gameiro da Silva Terzi, participou da oficina "Pensando os direitos trabalhistas e previdenciários na atualidade e para as futuras gerações", realizada no terceiro dia do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado (II CBCJE). A oficina foi coordenada pelo ministro Maurício Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e foi prestigiada pelo vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado dos cerca de vinte procuradores do Trabalho sorteados pela Associação para participar do evento.

Isabella Terzi lembrou que a missão dos integrantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) é ajudar a garantir que as futuras gerações tenham o direito ao trabalho em condições dignas. De acordo com a procuradora, quando se pensa na proteção ao trabalhador não é preciso qualificá-lo como empregado, servidor com ou sem vínculo, estagiário, cooperado ou portador de deficiência, bastando ter consciência de que ele tem direito à dignidade. *"Nesse panorama, nós do MPT temos nossa parcela de responsabilidade e cada um de nós deve atuar sustentando que o trabalho não pode ser mercantilizado e tratado apenas como engrenagem"*, afirmou.

A oficina reuniu mais de oitenta autoridades do Ministério Público, Judiciário e Executivo

O direito ao meio ambiente de trabalho saudável é, de acordo com a diretora da ANPT, uma das principais necessidades na atualidade, e também para o futuro. *"É importante que entidades patronais e sindicais, Ministério Público, Justiça do Trabalho e demais atores sociais tenham consciência de que, além de mobiliário adequado e equipamentos de proteção individual é preciso que o ambiente de trabalho seja emocionalmente saudável para que o empregado possa desenvolver plenamente sua atividade"*, disse. Segundo a procuradora, *"a sociedade tem o encargo solidário de tutelar o ambiente do trabalho e o trabalho digno"*.

O representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Reginaldo Melhado, também participou da oficina sobre trabalho digno e meio ambiente saudável.

Já o juiz do Trabalho da 10ª Região Grijalbo Coutinho chamou atenção dos participantes da oficina para decisões judiciais que sonegam direitos dos trabalhadores, como a permissão da terceirização no setor bancário. Também participaram da oficina o secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, João Ernesto Aragonês Vianna, o presidente do INSS, Valdir Moyses Simão, o deputado Federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), a procuradora da República Zélia Pierdoná, o representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Vinicius Diniz Monteiro de Barros, o representante do Conselho Federal da OAB, Daisson Silva Portanova, e o advogado Mauro de Azevedo Menezes.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR **Endereço:** Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG | **Pessoa de contato:** Carolina Lima **E-mail:** carolina.lima@localiza.com | **Telefones:** 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24 h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
QUALICORP **Endereço:** Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP CEP: 06453-14 **Pessoa de contato:** Nilva Ramos Silvino **E-mail:** nsilvino@qualicorp.com.br | **Telefones:** 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200.
LTR EDITORA **Endereço:** Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 | **Pessoa de contato:** Nelson **E-mail:** redator@ltr.com.br | **Telefone:** 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO **Endereço:** SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF **Pessoa de contato:** Robson Bezerra Bittencourt **Telefone:** 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL **Telefone:** 61 3225-0870	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3262-5751 ou 3262-5750 Agencia TST
COOMARCA **Endereço:** Av. Hercílio Luz, nº 636, salas 1007/1108. Florianópolis – SC **Pessoa de contato:** Nilva Ramos Silvino **Telefone:** 48 3222-9577 | **Fax:** 48 3222-4742	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha para os associados domiciliados em Santa Catarina.	O associado deverá entrar em contato pelos telefones: 48 3222-9577 e 3222-4742
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER **Telefone:** 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
BANCO SUDAMERIS	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3245-6711
UNIBANCO	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3225-6002
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU E FORD) **Endereço:** Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas.	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

Convênio com Cooperativa de Crédito beneficia associados da ANPT

Os associados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) contam, desde o dia 08 de julho, com um novo benefício. Trata-se de um convênio assinado pelo presidente da Entidade, Sebastião Caixeta, com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Rio de Janeiro (COOMPERJ).

FOTOS: Ascom/Coomperj

Presidente da ANPT assinou convênio que beneficia os associados da Entidade

Além do presidente da ANPT, assinaram também o convênio com o presidente da cooperativa, Luiz Antônio Ferreira de Araujo, os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antônio Carlos Bigonha, e da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel.

De acordo com Sebastião Caixeta, além dos benefícios diretos que serão colhidos pelos procuradores do Trabalho residentes no Rio de Janeiro, o ato *"concretizou mais um instrumento de integração do MP brasileiro, sinalizando a necessidade que sentimos de uma união das entidades associativas para que possamos estabelecer pautas justas, mínimas e consensuais em defesa dos interesses do Ministério Público"*.

Procuradores elegem novo Conselho Fiscal da Entidade

Desde o dia 12 de julho, o Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) conta com novos integrantes, eleitos pelos associados da Entidade. Os procuradores, membros titulares do Conselho, para o biênio 2010/2012 são Estanislau Tallon Bózi, Jonas Ratier Moreno, e Erlan José Peixoto do Prado. O primeiro suplente é o procurador Joaquim Rodrigues Nascimento.

A Associação recebeu ao todo dezesseis envelopes com os votos da Procuradoria Geral do Trabalho e de quinze Procuradorias Regionais do Trabalho. O Conselho Fiscal tem a incumbência de examinar os livros, balancetes e contas da Associação a cada seis meses e submeter parecer circunstanciado à diretoria. O Conselho também se pronuncia sobre a previsão orçamentária e apresenta parecer à Assembléia Geral Ordinária a respeito das operações sociais de cada ano, tomando por base o balanço, o inventário e as demonstrações financeiras.

Estanislau Tallon Bózi

Jonas Ratier Moreno

Erlan José Peixoto do Prado

Joaquim Rodrigues Nascimento

NO MÊS DO ANIVERSÁRIO

COMPRA CERTA

QUEM GANHA PRESENTE É VOCÊ!

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

saber5.com

Cooktop de Vidro Brastemp Ative 5 bocas | BDD75AE

De: R$ 899,00

Por: **R$ 699,00** à vista

22% de desconto à vista

Lavadora Brastemp Clean 9 kg | BWL09

De: R$ 1.199,00

Por: **R$ 899,00** à vista

25% de desconto à vista

Micro - ondas Consul Facilite Compacto | CMS25AB

De: R$ 279,00

Por: **R$ 219,00** à vista

22% de desconto à vista

Fogão Brastemp Ative Timer - 5 bocas | BF776BR

De: R$ 1.799,00

Por: **R$ 1.399,00** à vista

22% de desconto à vista

Climatizador de Ar Consul Compacto | C1M06CB

De: R$ 499,00

Por: **R$ 399,00** à vista

20% de desconto à vista

Refrigerador Brastemp Clean Frost Free 390 | BRM39EB

De: R$ 1.799,00

Por: **R$ 1.439,00** à vista

20% de desconto à vista

Refrigerador Brastemp Inverse Frost Free Inox 490 | BRE49BR

De: R$ 3.499,00

Por: **R$ 2.599,00** à vista

26% de desconto à vista

Acesse o site

www.compracerta.com.br/corporativo

• Clique em para comprar, digite seu e-mail e senha. Caso não seja cadastrado, clique em primeiro acesso e digite o código anpt7.

Ou ligue agora!

4004 0019 *(capitais e regiões metropolitanas)*

0800 722 0019 *(demais localidades)*

• Tecle a opção 3 e informe seu código: anpt7.

Fotos meramente ilustrativas. Preços válidos de 15/08/2010 a 15/09/2010 ou término do estoque. Consulte cores e voltagens disponíveis para cada produto. Promoção exclusiva para associados ANPT.

Trabalho decente e desenvolvimento sustentável é tema central de fórum no TST

O ministro Lélio Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi um dos coordenadores do Fórum Internacional sobre Direitos Sociais – Trabalho Decente e Desenvolvimento sustentável, realizado com o apoio da ANPT e do Ministério Público do Trabalho, na primeira quinzena de agosto. O ministro concedeu entrevista ao Informativo ANPT dias antes da realização do evento, que teve como objetivo principal a difusão do conhecimento a respeito da contribuição da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da Organização internacional do Trabalho (OIT).

A comissão, que examina a aplicação das convenções da OIT por parte dos países-membros que as ratificam, existe há 84 anos e já produziu um vasto repertório de jurisprudência em normas internacionais do trabalho que, apesar de sua importância, ainda é pouco conhecido.

Em que esse Fórum Internacional sobre Direitos Sociais pode contribuir para os juízes e procuradores do Trabalho brasileiros?

Nós estamos num momento em que, cada vez mais, a presença do Brasil se faz necessária no cenário internacional. Na área do Direito do Trabalho é necessário contextualizar a nossa atividade como magistrados e como membros do Ministério Público num universo maior, sobretudo em face do fenômeno da globalização. Então, a compreensão e correta utilização das normas internacionais do Trabalho constitui uma ferramenta importantíssima nesse processo. A expectativa que nós temos é de que a partir desse Fórum se desperte a atenção dos operadores do Direito e, particularmente, dos procuradores e dos juízes para as normas internacionais do Trabalho. E também de que se dissemine uma cultura do Direito Internacional do Trabalho no nosso meio jurídico laboral.

FOTO: Arquivo pessoal

O ministro Lélio Bentes integra a Comissão de Peritos da OIT

É possível traçar um panorama resumido de quanto o Brasil evoluiu desde a Constituição de 1988 em termos de direitos sociais?

A própria Constituição de 1988 já reflete uma tomada de consciência e um compromisso indelével do nosso país com os Direitos Humanos e particularmente com os direitos econômicos, sociais e culturais. O artigo 7º da Constituição Federal elenca vários direitos consagrados na normativa internacional. São direitos inspirados naquilo que o mundo tem de mais moderno nessa área. E, sem sombra de dúvida, o Brasil tem evoluído, não apenas no aspecto normativo, com a adoção de diversos diplomas internacionais e nacionais - o Brasil recentemente ratificou, por exemplo, a convenção dos direitos das pessoas portadoras de deficiências físicas, que foi o primeiro instrumento internacional a se incorporar ao ordenamento jurídico brasileiro como Emenda Constitucional – como também editou diversas leis que contribuem para se alcançar o objetivo da promoção dos direitos sociais. Mas, ainda mais importante, é que, graças à atuação corajosa dos membros do Ministério Público e à sensibilidade da magistratura do Trabalho brasileira, as decisões judiciais têm garantido a efetiva implementação desses valores. Porque, de nada adianta nós termos belíssimas normas e leis se elas não são aplicadas aos casos concretos.

Então, pode-se dizer que o Brasil aplica bem essas regras?

De um modo geral sim. É claro que nós ainda enfrentamos grandes desafios, mas, no que tange à atuação do Poder Judiciário brasileiro e do Ministério Público, cada vez mais se tem cobrado o respeito a esses valores, seja do cidadão individualmente, seja do Estado. E, como resultado, nós temos testemunhado a implementação de políticas econômicas que buscam preservar o respeito aos valores humanos e de políticas sociais que visam a assegurar a máxima efetividade a esses direitos e esses valores.

Nós temos, em razão disso, testemunhado uma aguda redução da pobreza em nosso país graças a essas políticas econômicas, que resultam, sem sombra de dúvida, da vontade do administrador, mas também da vigilância permanente do Ministério Público e da cobrança imposta por toda a sociedade.

Combate ao Trabalho Escravo é discutido em reuniões da Conatrae e da Frente Parlamentar

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) esteve reunida no dia 08 de julho, para avaliar o 1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizado em maio, em Brasília, e definir as ações prioritárias para o segundo semestre de 2010. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do encontro que discutiu também as atividades a serem colocadas em prática no 2º Encontro, que deve acontecer em 2011.

FOTO: Ascom/ANPT

O grupo discutiu a elaboração de uma Carta Compromisso contra o Trabalho Escravo a ser enviada aos candidatos a presidente da República

Segundo Azevedo Lima, a realização do 1º Encontro permitiu a aproximação das pessoas que não estão cotidianamente ligadas ao combate do trabalho escravo e às ações defendidas e implementadas pela Conatrae. *"É de extrema relevância dar maior divulgação das medidas que vem sendo adotadas no combate ao trabalho escravo, até mesmo como forma de otimizar os resultados obtidos por meio delas"*, afirmou.

Durante a reunião foi discutida a elaboração de uma Carta Compromisso contra o Trabalho Escravo, a ser enviada pela Conatrae aos candidatos ao cargo de presidente da República nas próximas eleições. Entre os participantes da reunião estavam também a procuradora do Trabalho Débora Tito, coordenadora da Conaete, e o ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e presidente da Conatrae, Paulo Vannuchi.

No dia 07 de julho, Azevedo Lima participou também de reunião com integrantes da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo no gabinete do senador José Nery (PSOL-PA) com a presença das senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO). O grupo discutiu uma agenda de atividades a serem desenvolvidas no período eleitoral, além de aprovar carta endereçada aos candidatos aos governos estaduais, sensibilizando-os acerca do combate ao trabalho escravo.

DESTAQUES

AUXÍLIO MORADIA – diretoria da ANPT protocolizou, no dia 30 de julho, requerimento pleiteando a repetição dos valores relativos à incidência indevida de Imposto de Renda sobre o pagamento do auxílio moradia até outubro de 2006. Uma vez atendido o requerimento serão beneficiados apenas os associados que receberam tal verba, respeitada a prescrição decenal.

ABONO – A Diretoria da ANPT deliberou pelo ajuizamento de ação para pleitear a não incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, sem custos para os Associados. Para garantir a legitimidade da ANPT, foi convocada Assembleia-Geral Extraordinária realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília, no dia 09 de agosto de 2010. Os Associados também puderam votar pela área restrita do site da ANPT.

FÉRIAS – A ANPT protocolizou requerimento junto à Procuradoria Geral da República, pleiteando a não incidência de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias e a restituição dos valores pagos nos últimos dez anos. O pedido, assinado pelas quatro Associações do MPU, fundamenta-se na natureza indenizatória do adicional, reconhecida pela jurisprudência do STF e STJ.

SORTEIO – A ANPT está recadastrando seus Associados. E para incentivar a participação no recadastramento, será sorteado um pacote turístico para Santiago, no Chile. O pacote inclui passagens áreas e hospedagem num período de três noites para dois adultos. Para se recadastrar, o Associado deve acessar a página da ANPT (www.anpt.org.br) e iniciar o login para a área restrita do site utilizando o número do CPF. Participarão do sorteio os Associados que se recadastrarem até o dia 20 de setembro de 2010.